

POR UMA NOVA PROPOSTA E OPOSIÇÃO IDEOLÓGICA AO TERMO CIBERATIVISMO ¹

Deusiney Robson de Araújo Farias²

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Resumo

Por meio deste artigo pretendemos discutir o termo e a ideologia do *ciberativismo*, tendo como pressuposto uma das hipóteses de nossa Tese de doutorado, na qual resumidamente consideramos que o *ciberativismo* favoreça muito mais uma alteridade com o meio de comunicação, representado pela máquina e seus *links de conexão*, simulando o ativismo político no espaço virtualizado (ciberespaço) e distanciando os sujeitos dos espaços públicos reais, constituindo, desta maneira, a seguinte *ideia-força* na sociedade: os espaços reais da política podem ser substituídos por um espaço virtual *glocalizado*. Para isso, fundamentaremos nossos argumentos em autores como Giorgio Agamben, Antonio Negri, Michael Hardt e Eugênio Trivinho, assim como buscaremos o processo histórico deste fenômeno em autores como Sidney Tarrow, Jeffrey Ayres e Stefan Wray.

Palavras-chave: Ciberativismo; Dispositivo; Ideia-força; Glocal.

INTRODUÇÃO

Certamente, estamos passando por um processo de mudança de consciência política em todo o mundo ocidental e em boa parte do oriente³, talvez estejamos diante de novas formas de ativismo, muitas vezes influenciadas e absorvidas pelo discurso dos *media*, mas que não deixam de ser novas formas de ação coletiva (TARROW, 2010). Em vários casos, tais atividades políticas, que visam mudanças

1 Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Vigilância, Ativismo, Criptografia e Redes Sociais Federadas, do VIII Simpósio Nacional da ABCiber, realizado pelo ESPM Media Lab, nos dias 03, 04 e 05 de dezembro de 2014, na ESPM, SP.

2 Doutorando em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Mestre em Comunicação pela Universidade Paulista (UNIP). Bacharel em Comunicação Social pelo Centro de Ensino Unificado de Teresina (CEUT). E-mail: deusineyrobson@hotmail.com.

3 Fazemos referência aos eventos ocorridos nos últimos anos em todo o mundo que vão desde a Primavera Árabe, no oriente médio, passando pelo *Occupy* de Nova Iorque até chegar às Jornadas de Junho (para utilizar um termo cunhado no livro *Cidades Rebeldes* por Lincoln Secco) no Brasil. Tal explicação exclui qualquer outra explicação em relação ao termo *consciência política* utilizada na introdução, apesar de acharmos que este termo represente muito mais que o fenômeno ocorrido nos últimos anos.

específicas e muitas vezes radicais, requerem a utilização de novos aparatos tecnológicos e de “redes de visibilidade” ou de *difusão transnacional* (AYRES, 1999; 2005). Para isso, a utilização da Internet torna-se necessária para a divulgação de tais ações, construindo, assim, essa *prática transnacional* (TARROW, 2005) que nos coloca diante de novas demandas, muitas vezes deslocadas, realocadas ou mesmo *glocais*. Disputas “silenciosas” por atenção, visíveis para grande parte da sociedade e, na maioria das vezes, invisíveis para o *campo político*. Lutas que nascem e morrem antes mesmo de serem travadas, limitando-se apenas ao *ciberespaço*. Todavia, quando conseguem chegar ao *espaço de aparência* da política, encontram resistência por parte das engrenagens existentes.

Para alguns autores (SILVEIRA; MCCAUGHEY, AYERS; RIGITANO), a utilização da Internet por movimentos politicamente motivados, com a intenção de alcançar metas ou lutar contra injustiças que ocorrem na própria rede cibernética traduzem o sentido de *ciberativismo*. É essa concepção e conseqüentemente a terminologia adotada que nos incomoda. Neste artigo, portanto, tentaremos resolver este “incômodo terminológico”, versando sobre uma hipótese a ser desenvolvida na nossa Tese de doutorado, que tem como objeto as vicissitudes de lutas políticas na era do ciberespaço, em particular entre *ciberativismo* e campo político brasileiro, qual seja: 1) Consideramos que o *ciberativismo* favoreça muito mais uma alteridade com o meio de comunicação, representado pela máquina e seus *links de conexão*, simulando o ativismo político no espaço virtualizado (ciberespaço) e distanciando os sujeitos dos espaços públicos reais, constituindo, desta maneira, a seguinte *ideia-força* na sociedade: os espaços reais da política podem ser substituídos por um espaço virtual *glocalizado*. Por este motivo, acaba não alcançando seus objetivos no campo político, por já nascer de uma proposta virtual, diferente das forças reais e ativas, influentes nessa esfera de poder. Para nós, este termo constitui um *dispositivo* de linguagem capaz de “capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (AGAMBEN, 2005, p. 13).

Ciberativismo como dispositivo ou ideia-força

Iniciaremos esclarecendo brevemente uma problemática a ser resolvida no interior de nossa hipótese: poderíamos considerar o termo *ciberativismo* um *dispositivo*, conceito desenvolvido pelo pensamento de Michael Foucault ou estamos diante de uma *ideia-força*, assim como entendida por Pierre Bourdieu? Neste artigo, pelo menos, enquanto uma pesquisa maior encontra-se em andamento, afrontaremos este problema na superfície de sua complexidade, considerando o caráter *ambivalente* do termo e entendendo-o como um dispositivo e ao mesmo tempo uma ideia-força. As razões que fundamentam nossa afirmação serão explanadas no decorrer deste tópico, para isso nos valeremos do ensaio “*O que é o dispositivo?*” do filósofo italiano, Giorgio Agamben, que procura ampliar o campo de atuação da noção de dispositivo, utilizada por Foucault. E da seguinte afirmação de Bourdieu:

“A opinião política não é um juízo puro e puramente informativo capaz de impor-se pela força intrínseca de sua verdade, mas uma *idéia-força* que encerra uma pretensão a realizar-se tanto maior, ao passar ao ato, quanto o grupo que mobiliza com sua eficácia propriamente simbólica seja mais numeroso e mais poderoso” (BOURDIEU apud MIRANDA, 2005, p. 100).

A partir da consideração de que o *ciberativismo* parte do pressuposto de que exista uma mistura de relações sociais em rede online e off-line, para a organização de novos movimentos sociais e políticos globais e constituindo projetos que empregam métodos de colaboração para organizar, avaliar, classificar informações e conhecimentos, formando a opinião pública, percebemos o seu caráter *(dis)positivo* e de *ideia-força*.

Para Agamben, o dispositivo pode assumir diversas formas e conteúdos, tantas quanto a sociedade ou o sujeito seja capaz de produzir e apreender, provocando efeitos ideológicos na *práxis* e na *episteme* humana. “O dispositivo é, na realidade, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações, e só enquanto tal é uma máquina de governo”. (AGAMBEN, 2005, p 15). Da mesma forma percebemos o crescimento do *ciberativismo* em seu campo de atuação, a Internet. Isso nos remete a afirmação de que “a ideia-força tem sua eficácia simbólica potencializada na medida em que o campo que a difunde possui maior legitimidade” (MIRANDA, 2005, p. 100).

A partir de tais autores e de suas concepções filosóficas, pretendemos definir o caráter do termo. Sabemos da dificuldade que encontraremos na definição – ou mesmo na afirmação do caráter ambivalente ao qual nos referimos anteriormente –, até mesmo por se tratar de ideias centrais do pensamento de autores contemporâneos como Foucault e Bourdieu, que apesar da amizade, tinham autonomia e divergência conceitual em vários âmbitos⁴. Em relação à problemática levantada neste tópico, nos debruçaremos em outro momento de nossa pesquisa, no entanto, partiremos aqui para uma compreensão de *ciberativismo* enquanto *dispositivo*.

Oikonomia (dispositio) do Ciberativismo

“Comum a todos esses termos é a referência a uma *oikonomia*, isto é, a um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é de administrar, governar, controlar e orientar, em um sentido em que supõe útil, os comportamentos, os gestos e os pensamentos dos homens”. (AGAMBEN, 2005, p. 12).

O *ciberativismo*, ao contrário do ativismo, tem a intenção de *adocicar* os corpos diante dos aparatos cibernéticos. Esta afirmação, muitas vezes considerada inapropriada para a ação do ciberativista, será levada até as últimas consequências de seu entendimento. Apostaremos no termo foucaultiano, a fim de mostrarmos que nosso argumento tem embasamento teórico científico e principalmente que a palavra exerce um poder desmedido nas ações dos sujeitos. Este termo separa o próprio ser-ativista e retira-o imediatamente da sua relação com o *mundo da vida*, colocando-o diante de uma situação alheia a sua própria existência, subtraindo coisas, lugares e indivíduos e “transferindo-os para uma esfera separada” (AGAMBEN, 2005, p. 14).

Ao fazer uma rápida pesquisa no *site* do *Greenpeace*,⁵ um dos movimentos ativistas socioambientais mais conhecidos mundialmente das últimas décadas, encontramos um *link de convocação* aos ciberativistas, que diz:

⁴ Para uma compreensão melhor da amizade e discordância dos autores leia-se o artigo *Bourdieu, crítico de Foucault* de Gustave Callewaert e traduzido por Tiago Neves, publicado na revista *Educação Sociedade & Culturas* de 2003.

⁵ *Greenpeace* surgiu no Canadá e, rapidamente, se tornou uma organização global e independente, atuando para defender o ambiente, promover a paz e inspirando as pessoas a mudarem atitudes e comportamentos.

Você pode ajudar o Greenpeace participando de nossas campanhas pela internet, somando forças a milhares de pessoas que buscam um país mais limpo e justo.

Há muitas maneiras para se tornar um ciberativista. Você pode *assinar e compartilhar nossas petições on-line, comentar nossa notícias, publicar reportagens, vídeos e banners do Greenpeace em sua rede social ou blog*. Cada uma destas ações é fundamental para que mais pessoas se engajem e se mobilizem pelo meio ambiente.

O Greenpeace também está presente nas principais redes sociais. Torne-se um seguidor, acompanhe as novidades e compartilhe nossas campanhas com seus amigos. Faça todo mundo saber que você se importa com o ambiente.

Faça parte desse time!⁶ (GREENPEACE, grifo nosso).

Ora, aqui percebemos claramente a separação funcional, vista pelos próprios ativistas, entre as duas categorias. Ao que consta, a função do ciberativista é de assinar e compartilhar petições on-line, comentar notícias, publicar reportagens, vídeos e banners em sua rede social ou blog. Enquanto, o ativista “voluntário” responde a alguns critérios de seleção, que passam desde a localização até a disponibilidade de tempo para participação regular em eventos, reuniões e atividades em grupo⁷. Mas se os autores que defedem o termo partem do pressuposto de que a vida esteja cada vez mais misturada entre *on* e *off*, por que a separação?

Assim sendo, é a partir dessa dicotomia que podemos questionar o termo *ciberativismo* enquanto dispositivo de linguagem: No raro momento em que este sujeito vai às ruas, ele deixa de ser um ciberativista e se torna ativista ou ele é os dois? E o ativista se torna ciberativista por usar a Internet para sua comunicação e propagação de ideias? Certamente, não. Contudo, há o interesse do *dispositivo* em controlar e orientar as ações daqueles que possuem a *senha infotécnica* e mesmo aqueles que não a possuem, de “seduzi-los”. O *ciberativista* possui e precisa da comunicação com a rede cibernética para justificar sua existência, já o ativista enquanto indivíduo “pode ser o lugar de suas múltiplas subjetivações” (AGAMBEN, 2005).

Para entendermos um pouco mais sobre esse sujeito, contamos com a contribuição do rico mapeamento sobre pesquisas em Cibercultura no Brasil entre os

⁶ Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Participe/Ciberativista/>>. Acesso em: 12 de maio de 2014.

⁷ Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Participe/Voluntario/>>. Acesso em: 12 de maio de 2014.

anos de 2000 e 2011 de Adriana Amaral e Sandra Portella Montardo publicado no Intercom de 2012 e do artigo publicado no V Simpósio Nacional da ABCiber de Willian Fernandes Araújo que traz o estado da arte dos estudos sobre Ciberativismo no Brasil. Tais contribuições nos ajudaram a verificar em que ordem de estratégia funcional está o ciberativista, seu surgimento e os espaços que ocupa na luta e dentro da ação política. No próximo tópico pretendemos discutir a *episteme* do ativismo no mundo e especialmente do ciberativismo em sua relação com o espaço/tempo.

O Ciberativista no espaço/tempo

O que diferencia o ativista, do ciberativista, do net-ativista ou do ativista digital ou on-line? Todos são termos semelhantes que pretendem explicar este novo movimento/comportamento do *animal político* em atividade na transformação da realidade político-social (talvez possamos dizer dos últimos dois séculos). Os *Flamigant*, do *Flemish Movement*, na Bélgica, descritos como os primeiros a serem chamados de ativistas em 1916, o *Judicial Activism*, escrito em janeiro de 1947 por Arthur Schlesinger na *Fortune Magazine*⁸, as ativistas dos “16 dias de Ativismo contra a violência sexual e de gênero”, campanha lançada no final dos anos 1990 pelo *Center for Women’s Global Leadership*, ou mesmo as Jornadas de Junho no Brasil⁹, descrevem o cidadão em atividade, engajado politicamente, na luta contra determinado poder. Ativismo, portanto, pode ser descrito como o engajamento político-social do sujeito na luta contra forças hegemônicas na sociedade em espaços públicos e/ou privados, movidas por um sentimento de revolta.¹⁰

A ocupação dos espaços territoriais sempre foi condição *sine qua non* para a concretização do ativismo. No século XX o *ciberespaço* passa a ser visto como um ambiente propício para o engajamento. A tevê e o rádio sempre foram frutos de

⁸ David Walls, *The Activist's Almanac: The Concerned Citizen's Guide to the Leading Advocacy Organizations in America* (Simon & Schuster/Fireside, 1993).

⁹ Algo importante a ser lembrado é que as Jornadas de Junho “acordaram” as centrais sindicais que convocaram uma greve geral para o dia 11 de julho, algo que não acontecia desde 1991, segundo Lincoln Secco, autor de *As jornadas de junho*, capítulo do livro *Cidades Rebeldes*. A greve geral atingiu mais cidades e provocou mais impacto que a própria Jornada, dada a capacidade organizacional dos sindicatos de todas as classes que estavam participando.

¹⁰ Para Jorge Luiz Souto Maior, as manifestações dos movimentos sociais são “movidas por um sentimento de revolta e têm por finalidade resgatar a dignidade humana que fora violentada por ação ou omissão do próprio Estado ou entes ligados ao poder econômico privado”. (MAIOR, 2013, p. 84).

disputas sociais para a formação da opinião pública. Haja vista, a busca de instituições públicas, privadas, acadêmicas, não-governamentais, dentre outras por canais de tevê aberta e fechada e frequência de rádios comunitárias. Pois se acredita, assim como relata Muniz Sodré, que “eliminando-se a propriedade privada e distribuindo-se o controle dos veículos a todas as classes sociais, a manipulação passa a ser democrática, já que *em sua própria estrutura os novos media são igualitários*”¹¹ (SODRÉ, 2010, p. 34-35). Contudo, o domínio dos veículos de comunicação de massa por grupos economicamente e politicamente hegemônicos alijaram os ativistas desse espaço em detrimento de seus interesses, excetuando-se a informação ou produção de conteúdo informacional¹².

Com a ascensão do computador e principalmente com a formação das redes telemáticas, o *ciberespaço* ganhou *status* “democrático”. Os ativistas, então, aqueles munidos de equipamentos tecnológicos e capacitados tecnicamente, passaram a usar este ambiente como *nova esfera pública*. Surgem, então, os sujeitos com *capital cognitivo conforme* (TRIVINHO, 2013) e com acesso à produção de conteúdo nos meios de comunicação, principalmente na Internet¹³, aos quais muitos autores nomearam algum tempo depois de *ciberativistas*.

A figura do ciberativista, segundo Wolfson, surge nas revoltas Zapatistas em 1994, no sul do México, onde a comunicação e a utilização das redes midiáticas têm papéis centrais, na formação de uma nova resistência (WOLFSON, 2012). Isto é, o ativismo inserido em um novo espaço de luta, os *media*.

Segundo Leah A. Lievrouw (2011), que estuda o desenvolvimento daquilo que classifica como *novas mídias alternativas ativistas* (caracterizadas pela hibridização das tecnologias e pela arquitetura em rede), as principais práticas ativistas existentes nesses meios são: cultura *jamming*, computação alternativa, jornalismo participativo,

o controle determina o conteúdo, sendo que o *medium* pode ser “melhorado” ou mais “humanizado” a depender de quem estiver à frente. Assim, o meio “passaria a ser uma ‘técnica de socialização de novos conteúdos ideológicos’” (SODRÉ, 2010, p. 36).

¹² Neste caso fazemos inferência aos programas de rádio ou tevê que noticiavam e ainda noticiam a atuação dos ativistas com interesse na formação da opinião pública e não como “chamamento” para a causa ativista. A depender do contexto social, da conjuntura política e principalmente do interesse do grupo detentor do meio a notícia poderia se propagar favorecendo ou não a luta.

¹³ Não é a toa que os “hackativistas” foram os primeiros a iniciarem essa onda de ativismo na internet, inicialmente, debelando-se contra a própria rede.

mobilização mediada e conhecimento compartilhado¹⁴. Apesar de fazer uma crítica à utilização dos meios e da proposta de nova mídia que leve em conta o uso social, a autora desenvolve uma concepção positiva dos meios, adotando uma posição *mcluhaniana* e entendendo que o ativismo, no novo contexto social, dependa dessa ubiquidade, interatividade e participação, defendida em sua maioria pelos estudiosos das Teorias das Mídias.

Considerando uma visão histórica do ciberativismo, encontramos Stefan Wray (1998), estudioso do ativismo na internet, que o classifica em três formas: ativismo computadorizado, desobediência eletrônica civil e hackeamento politizado¹⁵. Em seu artigo, “*Electronic Civil Disobedience and the World Wide Web of Hacktivism: A Mapping of Extraparliamentarian Direct Action Net Politics*”, o autor faz um mapeamento histórico da atuação do ciberativismo, ao qual chama de “ativismo computadorizado¹⁶”, tendo como primeiro representante o *Electronic Disturbance Theater*, cuja ação denominada “*project SWARM*”, organizou uma “ocupação” online do site do governo mexicano em solidariedade aos Zapatistas¹⁷.

Outros relatos sobre os primeiros protestos no ciberespaço estão no trabalho de Martha Maccaughey e Michael D. Ayers, *Cyberactivism: Online Activism in Theory and Practice*, no qual relatam o caso da *Lotus MarketPlace*, um programa de banco de dados desenvolvido pela *Lotus Development Corporation* (desenvolvedor de software) e *Equifax* (provedor de informações), que foi anunciado em 10 de abril de 1990, mas cancelado em janeiro de 1991, principalmente devido aos protestos maciços que circulavam via e-mail, alegando invasão de privacidade. Os autores citam também o caso do *Clipper Chip*, um chip que deveria ser instalado em todos os

¹⁴ Essas duas últimas são tidas como principais caracterizadores do *ciberativismo*, pois consideram a mistura de relações sociais em rede online e off-line, organizando novos movimentos sociais e políticos globais e constituindo projetos que empregam métodos de colaboração para organizar, avaliar e classificar informações e conhecimentos.

¹⁵ “*Electronic Civil Disobedience is the first transgression, making Politicized Hacking the second transgression and Resistance to Future War the third. Each succeeding transgression moves the stance toward the Internet infrastructure further away from the public sphere model and casts it more as conflicted territory bordering on a war zone*” (WRAY, 1998).

¹⁶ “*The origins of computerized activism extend back in pre-Web history to the mid 1980s. As an example, the first version of PeaceNet appeared in early 1986*” (WRAY, 1998).

¹⁷ “*In early 1998 a small group calling themselves the Electronic Disturbance Theater had been watching other people experimenting with early forms of virtual sit-ins. The group then created software called FloodNet and on a number of occasions has invited mass participation in its virtual sit-ins against the Mexican government*” (WRAY, 1998).

novos telefones e que usava um algoritmo de criptografia para transmitir e trocar informações, chamado *Skipjack*, desenvolvido pela Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos da América (ANS-USA), que poderia descriptografar todos os dados transmitidos pelo telefone quando fosse “necessário”. Tal proposta provocou revolta nos usuários americanos, que utilizaram-se da rede para protestar e que contaram, posteriormente, com o apoio dos então senadores John Ashcroft e John Kerry para se opor à proposta do *Clipper Chip*¹⁸. Para os autores, o ciberespaço, portanto, torna-se um importante fórum de discussão, debates e protestos a partir de tais eventos.¹⁹

Desta forma, o “ciberativista” pressupõe um indivíduo que necessita do *aparatus* tecnológico e de sua *senha infotécnica* para a prática do ativismo na/ou em rede. Neste trabalho, no entanto, queremos apontar um erro de significante, a fim de propor uma reavaliação do termo que designa a atividade, do movimento e do ser no espaço/tempo. Para isso, devemos esclarecer que o ativismo é a atividade política e social praticada pelo sujeito “ativista”. Ser humano ou não, visto que teremos ao longo deste trabalho exemplos de pessoas jurídicas, organizações, instituições, grupos, etc. que constituem um corpo cuja adjetivação se assemelha à do sujeito.

É necessário dividirmos a prática ativista no seu espaço/tempo, para isso adotaremos os conceitos de local, global e *glocal*, identificando e delimitando seu ambiente de atuação.

Formação de um “outro” na Multidão

Não há conceito melhor que aquele de Multidão, utilizado por Paulo Virno (2003), Antonio Negri e Michael Hardt (2004; 2005) para nos ajudar nessa empreitada de, talvez, *profanar* o termo ciberativismo. Defender o termo é aceitar a criação e categorização de outro dentro da multidão. Um outro que divide os outros ativistas em mais, enfraquecendo qualquer unidade, útil para o enfrentamento dos *aparelhos*

¹⁸ Para uma leitura mais aprofundada desses relatos leia-se *Cyberactivism: Online Activism in Theory and Practice* de Martha Mccaughey e Michael D. Ayer, p. 27-35.

¹⁹ “cyberspace was a important fórum for discussions, debates, and protests over the Clipper chip. Information moved across the internet via e-mail, Usenet nexvsgroups, and discussion lists”. (MCCAUGHEY; AYERS, 2003, p. 29).

ideológicos do Estado. Não que isto seja um problema, visto que “a multidão é um conjunto de singularidades” (NEGRI, 2004, p. 15), mas é na oposição de *Estado de direito e estado natural*, de *caráter centrípeto* para *caráter centrífugo*, de *Uno* para *Muitos* que reside a problemática da Multidão, que repele qualquer *dispositivo* que a enfraqueça.

Ativistas atuam em “lugares comuns”, fazem parte da multidão. São milhares de demandas “individuais”, que na maioria das vezes sequer são ouvidas pelo Estado, ao qual representaremos em nossa Tese pelo *Campo Político*. Essa redução é proposital, visto que queremos *processar*²⁰ demandas e respostas em um só entendimento. Calcaremos na tinta a realidade vivida por estas duas esferas de ação política, sendo que o lugar de atuação do *Campo Político* é conhecida e ao mesmo tempo oculta, mas concentra-se no Uno do Estado, do povo, enquanto que a do *ciberativismo* é dividida, dispersa, esparsa, desconcentrada. Essa fragilidade diante da força da unidade das engrenagens e *fórmulas* políticas do Estado nos faz perceber um motivo para a negação ou não aceitação, em muitos casos,²¹ das demandas vindas de fora do *campo político*.

O caráter *ciber*, dividindo o ativista, diminui sua potência. Essa característica enfraquece sua ação dentro da multidão, subtraindo sua possibilidade de expansão. Para Antonio Negri (2004, p. 17) “esta potência não deseja apenas se expandir, mas, acima de tudo, quer se corporificar: a carne da multidão quer se consubstanciar no corpo do *General Intellect*.” Talvez, nenhum ensaio seja mais claro em relação à natureza e realidade desta nova *classe*²², pelo menos no nosso entendimento, que “*Para uma definição ontológica da Multidão*” de Negri. Sua ideia de que a multidão “só poderá ter como ponto de partida prioritariamente o corpo e a luta contra sua exploração” (idem., p. 22) reforça nossa hipótese. O ciber desmaterializa o ativista.

Talvez nossa hipótese seja de aceitação dessa convocação de aceitar a Multidão ao invés do Povo e de repensar as terminologias criadas para a imobilização

²⁰ Na ausência de um termo melhor, decidimos usar *processar*, como em um processador de alimentos. Isso não enfraquece nosso argumento, antes aproxima da realidade da vida.

²¹ Em nossa Tese de doutorado citamos alguns exemplos, como as “manifestações online” a favor do Impeachment do Senador Renan Calheiros e da cassação do Deputado Federal Pr. Marcos Feliciano, ambas ocorridas no período legislativo de 2010 a 2014

²² Como classe entendemos, neste caso, aquela a que Negri se refere. Para melhor entendimento leia-se *Para uma definição ontológica da Multidão*, publicado na revista LUGAR COMUM, n. 19-20, pp.15-26.

dos corpos. Sobre isso, teremos muito mais a refletir e escrever, pois nosso interesse é resistir. O *jus resistantiae* (VIRNO, 2003, p. 19), ou seja, o direito à resistência é que nos afasta do termo ciberativismo.

Tele-existência e projeção do eu

David Urgate, em seu livro online *El poder de las redes: manual ilustrado para ciberactivistas* faz as recomendações para os sujeitos que pretendem tornar-se ciberativistas:

A visibilidade é algo que você tem que lutar constantemente. Primeiro online (perdoe novamente o exemplo dos agregadores) e depois offline. Visibilidade e, portanto, o número confiança é a chave para atingir pontos de ruptura, momentos em que o limite padrão é atingido e as informações e idéias se espalham por meio de um número de pessoas que cresce exponencialmente. Daí a importância simbólica e real de ciberturbas, manifestações espontâneas convocadas pelo "pásalo", blog a blog, boca a boca e SMS a SMS²³. (URGATE, 2007, tradução nossa).

A cartilha que pode ser compartilhada a partir de sua página na Internet, também traz a definição do que ele entende que seja um *ciberativista*:

Um ciberativista é alguém que utiliza Internet, e sobre tudo a blogosfera, para difundir um discurso e colocar a disposição pública ferramentas que devolvam às pessoas o poder e a visibilidade que hoje monopolizam as instituições. Um ciberativista é uma enzima do processo pelo qual a sociedade passa a organizar-se em redes hierárquicas descentralizadas a ordenar-se em redes distribuídas basicamente igualitárias²⁴. (URGATE, 2007, tradução nossa).

²³ O excerto acima citado, originalmente em espanhol, foi retirado do livro online *El poder de las redes: manual ilustrado para ciberactivistas*, de David Urgate: "La visibilidad es algo por lo que hay que luchar permanentemente. Primero online (valga una vez más el ejemplo de los agregadores) y luego offline. La visibilidad, y por tanto la autoconfianza del número, es la clave para alcanzar tipping points, momentos en los que se alcanza el umbral de rebeldía y la información y las ideas se propagan por medio de un número de personas que crece exponencialmente. De ahí la importancia simbólica y real de las ciberturbas, manifestaciones espontáneas convocadas mediante el «pásalo», blog a blog, boca a boca y SMS a SMS."

²⁴ Un ciberactivista es alguien que utiliza Internet, y sobre todo la blogosfera, para difundir un discurso y poner a disposición pública herramientas que devuelvan a las personas el poder y la visibilidad que hoy monopolizan las instituciones. Un ciberactivista es una enzima del proceso por el que la sociedad pasa de organizarse en redes jerárquicas descentralizadas a ordenarse en redes distribuidas básicamente igualitarias.

Entendemos, portanto, que este indivíduo possuidor de *capital cognitivo conforme* e de *senha infotécnica* (TRIVINHO, 2013) ao atender ao chamado do ativismo nas redes cibernéticas, busque a projeção do “eu-ativista” nas redes telemáticas a fim de inserir ou compartilhar ideias, não como audiência apenas, mas como *animal político*. Há, neste caso, a ocupação de um espaço de visibilidade tele-existente. Este foi o propósito dos *hackers* do *Electronic Disturbance Theater*, “*apareSer*” (DAL BELLO, 2013). Este neologismo cunhado por Cíntia Dal Bello, estudiosa da cibercultura, funde os termos *aparecer* e *ser*, na tentativa de superar a dicotomia existente entre aparência e essência, inexistente (se assim podemos afirmar) no *ser-imagem* ou *ser-técnica* que se habituou chamar de ciberativista (idem, p. 147). Não se trata apenas da visibilidade, mas de sua tele-existencia enquanto ativista. Portanto, qual a necessidade da divisão terminológica deste sujeito enquanto ativista *on* ou *off*? Ativistas, ciberativistas, net-ativistas, ativistas digitais ou qualquer outro termo que designe este novo movimento/comportamento do *animal político* em atividade na transformação da realidade político-social não está falando do *sujeito em ação*? Qual a necessidade de separá-lo, de dividi-lo?

Fenômeno *transnacional*: sujeito local, global e *glocal*

A divisão enfraquece o ser. Deste modo, preferimos nos associar à ideia de Sidney G. Tarrow de um *ativismo transnacional*, que enquanto forma de agir se delineava antes mesmo da difusão da Internet. A este ser-ativista (único), gostaríamos de somar a ideia de que seu espaço está hibridizado, categorizando seu espaço de atuação em: local, global ou *glocal*. A proposta, portanto, neste tópico será da “purificação” do termo híbrido “ciber/ativismo” e da hibridização de seus ambientes de luta.

Para Eugênio Trivinho, estudioso e crítico da cibercultura, a experiência cotidiana de nossos dias perpassa inevitavelmente por âmbitos locais, globais e por aquilo que chama de *glocal*,

[...] entrelaçamento sociotécnico homeostático, obliterado e irreversível entre o contexto concreto de exercício da experiência cotidiana (ponto de acesso/ recepção/ retransmissão/irradiação comunicativa) e o universo

áudio/visual das redes em tempo real, em âmbito regional, nacional ou internacional. (TRIVINHO, 2013, p. 13)

O ativista que age no âmbito *glocal*, não é, portanto, um “outro” ativista. Ele é o sujeito hibridizado e reescalado entre uma cultura global e demandas locais. Um ser que legitima para outros espaços geográficos e para o seu próprio a existência *em tempo real* (TRIVINHO, 2013) de suas demandas. Sendo assim, podemos dizer que mais que um *ciberativista*, este sujeito é um ativista que age no âmbito *glocal*, pois suas demandas têm potencialmente *difusão/irradiação* global e interesses localizados.

A visibilidade e a (super) exposição mediática fazem parte da lógica *dromocrática*²⁵ e do advento do pós-moderno como nos explica Eugênio Trivinho em seu livro “*Glocal: visibilidade mediática, imaginário Bunker e existência em tempo real*”. Segundo o teórico,

a cibercultura rearranjou e reescalou a lógica comunicacional do processo civilizatório em favor de sua própria reprodução no horizonte, a ponto de ela mesma, em seu típico *modus operandi* social-histórico – como dromocracia cibercultural –, vigorar, num só fôlego, como a fase atual da condição *glocal*, da visibilidade multimidiática e do capitalismo tardio. (TRIVINHO, 2013, p. 125).

Portanto, a visibilidade mediática está consagrada na pós-modernidade. Essa *bolha cultural tardia, ampliada e aprofundada* (idem., p.126) pelo ciberespaço é irreversível. Mesmo os que pensam não estar inseridos em sua lógica, estão indiretamente. O termo “ciberativista” não designa mais um ser único na utilização do ciberespaço. Sua utilização parece ser desnecessária.

CONCLUSÃO

Há no ativista uma *vontade de potência* que na era do ciberespaço passa, inevitavelmente, pelos aparatos tecnológicos tele-existenciais. Contudo, o *ciberativismo* enquanto dispositivo de controle da ação do sujeito – e não “categoria”, como muitos acreditam inocentemente – acaba por transformá-lo e separá-lo da sua

²⁵ Para uma melhor compreensão da lógica dromocrática leia-se *Velocidade e política* de Paul Virilio. As últimas obras de Eugênio Trivinho, em particular o livro *Glocal*, também fazem referências ao termo.

lógica e *lócus* de ação. Distanciando-o do entendimento de que a luta começa no corpo e é pelas violências sofridas nele, como nos sugere Paulo Virno (2003).

Sugerimos, portanto, que o ativista enquanto ator social de mudança no mundo da vida não se deixe aprisionar pelos ditames de dispositivos que o enfraqueçam, engessem ou limitem seu campo de ação. Mesmo que esteja no campo da tele-existência. O contradispositivo é o próprio ativismo que restitui ao lugar comum aquilo que o *ciber* havia separado.

Propomos, portanto, a *profanação* do termo *ciberativismo*, por considerarmos que seja um dispositivo de linguagem capaz de retirar o ser ativista de seu campo de ação principal, removendo seu prefixo automatizador *ciber* e reafirmando o ativismo, designando-o no tempo histórico por sua característica *transnacional*, mas caracterizando seus espaços de luta como: *local*, *global* ou *glocal*. Não pretendemos, assim, criar ou sugerir novas terminologias que separem o ativista, mas somente seu campo de ação, cuja hibridez é notável há alguns anos.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo?. Tradução: Nilceia Valdati. Ilha de Santa Catarina, **Outra travessia**, n. 5, Santa Catarina, 2 sem. 2005.

AYRES, Jeffrey M. From the Streets to the Internet: The Cyber-Diffusion of Contention, **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, 1999. p. 132-43.

_____. Transnational Activism in the Americas: The Internet and Innovations in the Repertoire of Contention, in Patrick G. Coy and I. Wallimann (eds), **Research in Social Movements, Conflicts and Change**. London: JAI Press, 2005. p. 35-61.

CALLEWAERT, Gustave. Bourdieu, crítico de Foucault. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 19, 2003, p. 131-170.

CLEAVER, Harry. The Zapatista effect: The Internet and the Rise of an Alternative Political Fabric. **Journal of International Affairs**, n. 51(2), 1998. p. 621-40. Disponível em: <<https://libcom.org/library/zapatista-effect-cleaver>>. Acesso em: 14 mai. 2014.

GREENPEACE. **Ciberativista**. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Participe/Ciberativista/>>. Acesso em: 13 mai. 2014.

LIEVROUW. Leah A. **Alternative and activist new media**. Polity Press, 2011.

MCCAUGHEY, Martha & AYERS, Michael D. (eds.). **Cyberactivism**. Online Activism in Theory and Practice. Nova York, Routledge, 2003.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais. In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIRANDA, Luciano. **Pierre Bourdieu e o campo da comunicação: por uma teoria da comunicação praxiológica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Multidão: guerra e democracia na era do império**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da multidão. **Lugar Comum: estudos de mídia, cultura e democracia**. n. 19-20, 2004. PP.15-26.

RIGITANO, Maria Eugênia Cavalcanti. Redes e ciberativismo: notas para uma análise do Centro de Mídia Independente. Biblioteca on-line de ciências da comunicação, 2005. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt/pag/rigitano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf>. Acesso em: 11 de mai. 2014.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. **Revista USP**, São Paulo, v.1, 2010, p. 28-39.

UGARTE, Davud. **El poder de las redes: manual ilustrado para personas, colectivos y empresas abocados al ciberactivismo**, 2007. Disponível em: <http://www.deugarte.com/gomi/el_poder_de_las_redes.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2014.

TARROW, Sidney G. Difusão e Modularidade. In: TARROW, Sidney G. **El Nuevo activismo transnacional**. Barcelona: d'Editorial Hacer, 2010.

TARROW, Sidney G. **The new transnational activism**. New York: Cambridge University Press, 2005.

TRIVINHO, Eugênio. **Glocal: visibilidade mediática, imaginário bunker e existência em tempo real**. São Paulo: Anna Blume, 2013.

VALLE, Ione Ribeiro. A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.33, n.1, p. 117-134, jan./abr. 2007.

VIRNO, Paulo. **Gramática da Multidão: Para uma Análise das Formas de Vida Contemporâneas**. Tradução Leonardo Retamoso Palma. Santa Maria: 2003. Disponível em: <http://vocabpol.cristinaribas.org/wp-content/uploads/2014/04/Virno_Gramatica.pdf>. Acessado em: 19 mai. 2014.

WOLFSON, Todd. From the Zapatistas to Indymedia: Dialectics and Orthodoxy in Contemporary Social Movements. **Communication, Culture & Critique**, n. 5, 2012. p. 149-170.

WRAY, Stefan. **Electronic Civil Disobedience and the World Wide Web of Hacktivism: a mapping of extraparliamentarian direct action net politics**, 1998. Disponível em:<<http://switch.sjsu.edu/web/v4n2/stefan>>. Acesso 21 abr. 2014.